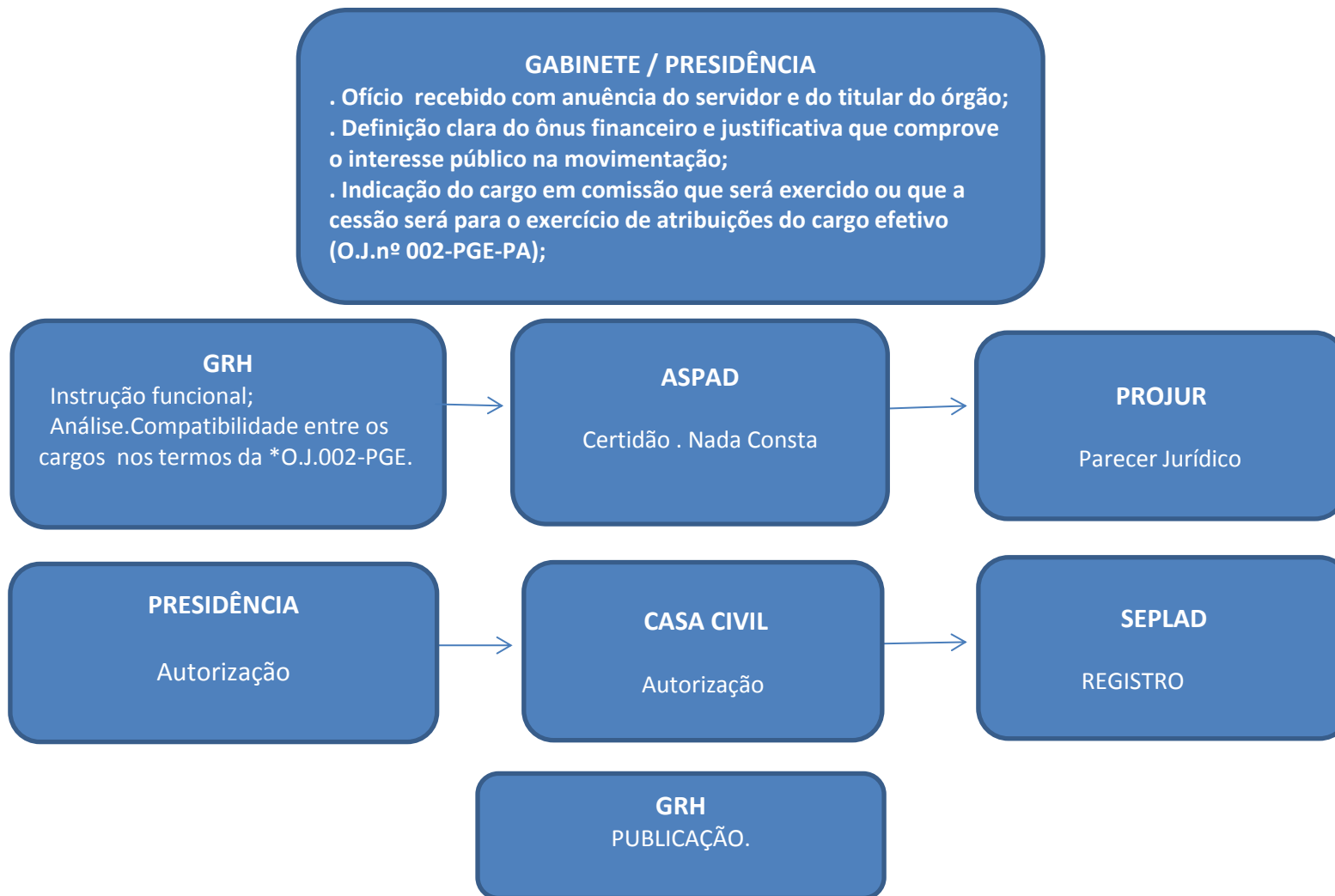


FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ  
PROCURADORIA JURÍDICA - PROJUR

**FLUXOGRAMA - Entre outros poderes.**

Decreto Estadual nº 795/2020 art. 4º

I - quando ocorrer no âmbito do Poder Executivo, será autorizado pelo Titular do Órgão da Administração Direta Estadual ou Dirigente de Autarquia ou Fundação Pública a que pertencer o servidor e autorização pelo Chefe da Casa Civil.



FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ  
PROCURADORIA JURÍDICA - PROJUR

\* O J Nº 002-PGE. O servidor público estadual efetivo somente pode ser cedido para o exercício de cargo comissionado ou para exercer, em outro órgão ou entidade, as atribuições inerentes ao seu próprio cargo, sendo irregular a cessão para exercer atribuições inerentes a cargo para o qual não prestou concurso público. (Aprovada pela Portaria n.º 772/2018, publicada no DOE n.º 33.769, de 28 de dezembro de 2018).